

HISTÓRIA-CIÊNCIA E DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA.
OS CURSOS DE «EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA»
DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1925-1974)¹

por **João Paulo Avelãs Nunes**
(Assistente de História da FLUC)

1 — Contextualização e caracterização global

Foi em 1925, no final do ano lectivo imediatamente anterior à instauração da Ditadura Militar, que a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) começou a assegurar o funcionamento de «Cursos de Férias». Eram desta forma concretizadas algumas das metas previstas, quer na legislação que, em 22 de Fevereiro de 1911²,

¹ O presente artigo foi elaborado a partir da dissertação final por mim apresentada, em Maio de 1993, ao concluir o I Curso de Mestrado em História Contemporânea de Portugal da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (anos lectivos de 1990/1991). Com o título de «A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974). Ascensão e queda de um paradigma historiográfico», a referida tese foi orientada pelo Prof. Doutor José M. Amado Mendes e arguida pelo Prof. Doutor Armando Luís Carvalho Homem.

² Cfr. Decreto de 19 de Abril de 1911, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa* [COLP], 1911, 1.º Semestre, p. 688-693 e Decreto de 9 de Maio de 1911, COLP, 1911, 1.º Semestre, p. 816-820.

regulamentou o funcionamento das duas primeiras Faculdades de Letras portuguesas (divulgação cultural e científica, cooperação internacional e «propaganda patriótica»), quer no Decreto n.º 7: 361, que, em 1921, autorizou as Faculdades de Letras e de Ciências das três Universidades portuguesas a criar cursos de férias³.

Especialmente vocacionados para a divulgação da língua e da cultura portuguesas junto da comunidade internacional (através da vinda de cidadãos de outros países até Coimbra), realizados nos meses de Julho e Agosto entre 1925 e 1974 (até aos nossos dias), os «Cursos de Férias» eram estruturados em níveis diferentes de dificuldade: «*elementar, complementar, superior, de actualização para professores dos Liceus e Colégios*». Durante muitos anos, os «Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesas» foram, no entanto, frequentados por uma maioria de alunos portugueses, sobretudo professores do ensino liceal⁴.

Apesar de a sua criação ter sido anunciada também para 1925 (então com a designação de «Curso Geral de Filologia Portuguesa»), os «Cursos Anuais de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros» só começaram a funcionar em 1956/1957, no seguimento da publicação do Decreto

³ «[...] em todas as nações onde se dá largo desenvolvimento à instrução pública existem cursos de férias, criados pelas Universidades, tanto para estrangeiros que desejem aperfeiçoar-se no conhecimento da língua e da cultura desses países, como para nacionais que não podendo frequentar os cursos regulares das Faculdades, pretendam adquirir novos conhecimentos ou actualizar e melhorar noções antigas e portanto já muito afastadas das mais recentes conquistas da ciência [...]».

Artigo 1.º As Faculdades de Letras e de Ciências das três Universidades portuguesas são autorizadas a criar cursos de férias, durante os meses de Agosto e Setembro de cada ano [...].

Art. 2.º Os cursos de férias versarão principalmente: nas Faculdades de Letras, sobre língua portuguesa, literatura portuguesa, história de Portugal, geografia de Portugal e colónias, língua e literatura francesa, psicologia e moral [...]. (Cfr. Decreto n.º 7: 361, COLP, 1921, 1.º Semestre, p. 128).

⁴ «Concluído o Curso de Férias, que a Faculdade de Letras de Coimbra inaugurou com tanto êxito e simpatia pública o ano passado pela primeira vez em Portugal, tenho a honra de, em sucinto relatório, dar conta a V.ª Ex.ª do modo como ele decorreu e dos resultados atingidos.

É a segunda vez que com o mais vivo prazer me desempenho deste encargo — certo de que a Faculdade de Letras realizou com inteligência e dedicação uma obra altamente patriótica e orgulhoso por poder afirmar que o seu esforço foi coroado do mais consolador resultado.

O Curso de Férias, Sr. Ministro, é uma obra duplamente patriótica — como instrumento de expansão da língua e cultura portuguesa no estrangeiro, e como instrumento de extensão universitária no meio português». (Cfr. J. M. Remédios, 1926, p. 5).

n.º 40858, de 13 de Novembro de 1956⁵. Mantiveram a sua actividade até aos nossos dias, regra geral com a duração de um ano lectivo (habitualmente, entre Outubro/Novembro e Junho/Julho).

Durante o Estado Novo, o poder político passou a encarar de forma sistemática a possibilidade de, através do controlo dos «Cursos de Férias» e dos «Cursos Anuais», encontrar mais uma forma de divulgar para o estrangeiro a sua imagem do passado, do presente e das perspectivas de evolução futura da cultura portuguesa e de Portugal. O que, nos dois últimos anos da Primeira República e nos inícios da Ditadura Militar não passou de uma colaboração entre organismos do poder central e local e a FLUC, da transmissão de valores culturais e ideológicos num clima de relativa pluralidade⁶, transformou-se, sobretudo depois de 1933, numa

⁵ «Artigo 1.º. Poderá funcionar em qualquer das Faculdades de Letras o Curso de Língua e Cultura Portuguesa, destinado a estrangeiros que desejem familiarizar-se com os aspectos gerais da nossa evolução histórica e literária.

Art.º 2.º. O curso terá a duração de um ano lectivo e a constituição seguinte: [...] [Língua Portuguesa, Filologia Portuguesa, Literatura Portuguesa, Portugal na História da Civilização, História da Arte em Portugal, Portugal Contemporâneo (Aspectos Sociais e Políticos)].

Art.º 4.º. Poderão ingressar no curso: a) Os diplomados com cursos universitários; b) Os estudantes universitários; c) Os indivíduos que perante a direcção da Faculdade comprovarem nível cultural adequado [...].

Art.º 6.º. A regência das disciplinas mencionadas [...] será confiada, em regime de acumulação a pessoal docente das Faculdades de Letras ou de outras escolas.

Art.º 7.º. Todos os encargos com o funcionamento dos cursos de que trata o presente diploma serão inteiramente custeados pelo Instituto de Alta Cultura». (Cfr. Decreto n.º 40.858, DG, I Série, 13 de Novembro e 1956, p. 1768).

⁶ Atente-se nas afirmações de Joaquim Mendes dos Remédios, produzidas em 1925 (na qualidade de Director da FLUC e do «Curso de Férias»): «Ganha terreno dia a dia a iniciativa patriótica dos nossos Cursos de Férias. A toda a parte onde chega o seu conhecimento não há senão a mesma palavra de aplauso e de louvor. E nas regiões oficiais, é entre Professores, é entre políticos de qualquer matriz. Todos compreendem que vai nessa empresa a mais bela e mais simpática de quantas tentativas de aproximação recíproca de Portugal e dos países estrangeiros, que marcham na vanguarda do progresso e da civilização, até agora se tem feito [...].

O que importa é que quem pode e deve veja o alcance desta iniciativa para o bom nome do nosso País. Que venham até nós estrangeiros de toda a parte, espanhóis e franceses, alemães e ingleses, norte-americanos... Que venham ouvir os nossos Professores, os nossos Conferentes. Sairão daqui respeitando melhor o esforço coloidal que se emprega para erguer bem alto a chama da Pátria. Correm o mundo, nas asas da fama, os nomes dum Camões, dum Vasco da Gama, dum Infante D. Henrique e hoje mesmo dum Gago Coutinho, dum Sacadura Cabral. Como nos admiram, leiam-nos, oiçam-nos.

Depois nos amarão. Mais que as promessas de estadistas e políticos, mais que as afirmações, tantas vezes hipócritas e mentirosas dos protocolos, valem as trocas de

atitude de controlo administrativo realizado com o objectivo de assegurar que estas duas iniciativas da FLUC fossem eficazes veículos de propaganda cultural monopolizados pela ideologia do regime⁷.

A demonstração mais evidente da forma como o Estado Novo encarou os «Cursos de Férias» está na criação da disciplina de Corporativismo Português, leccionada entre 1938 e 1944 pelo magistrado Abranches Tavares. Significativamente, a partir de 1945, ano da derrota do principal regime «corporativista» europeu (a Alemanha de Hitler), esta disciplina deixou de fazer parte dos «Cursos de Férias» da FLUC. Com pequenas variações de ano para ano, o programa da disciplina de Corporativismo Português incluiu os seguintes temas: «*Antecedentes históricos do corporativismo moderno. Antecedentes económicos e políticos. Teoria geral do corporativismo. As realizações portuguesas. A experiência portuguesa e o movimento corporativo europeu*», tendo

ideias fecundadas nos cérebros dos pensadores. Os pioneiros da civilização são os mestres, os artistas, os poetas, os criadores de teorias. No fundo do seu gabinete tal matemático, tal médico, tal químico, revolucionam o mundo, esboroam-no para criar outro. Nós criaremos pelos Cursos de Férias amizades e dedicações, que sobrevivam a todos os dissentimentos e a todas as rupturas políticas. Vivemos noutra região, que não é a das paixões de extremínio. Uma pomba voa por cima das nossas cabeças e leve, aérea, serena, acolhedora, segura no bico o seu ramo de oliveira.

Saiba o País corresponder pelo seu lado ao gesto acolhedor da Faculdade de Letras acolhendo aqui a frequentar o Curso de Férias ao lado dos estrangeiros que nos visitam. São esses Cursos para todos — os nacionais virão ouvir, como os Estrangeiros, a palavra de mestres e de conferentes de Coimbra e do País, alguns também de Países, que nos querem dar o seu auxílio e o seu aplauso». (Cfr. J. M. Remédios, 1925, p. 96/97).

⁷ Sob o patrocínio do Instituto para a Alta Cultura, realizou-se este ano [1939] o XV Curso de Férias da Faculdade de Letras em que se inscreveram mais de cinquenta alunos nacionais e estrangeiros vindos expressamente de vários países para o frequentar.

Tendo por finalidade o desenvolvimento e a expansão da língua portuguesas, o Curso de Férias procurou ainda proporcionar, especialmente aos seus alunos estrangeiros, uma visão clara da actividade nacional em todos os seus aspectos, fazendo ressaltar da própria eloquência dos factos, embora sem intuídos de propaganda, a nossa capacidade realizadora, sempre com a preocupação mais alta de servir o interesse nacional [...].

Reservado o dia 20 de Julho para as inscrições, foi o Curso de Férias inaugurado no dia seguinte numa sessão solene a que presidiu o Vice-Reitor da universidade e a que assistiram, além dos professores da Faculdade (entre os quais os antigos directores Doutor António de Vasconcelos e Doutor Eugénio de Castro), o Secretário para a Alta Cultura, representando o Presidente da Direcção, e as Autoridades civis e militares.

Aberta a sessão, o Director da Faculdade, Prof. Doutor Providência e Costa, proferiu algumas palavras sobre a história e o significado dos cursos de Férias; e, seguidamente, o Prof. Damião Peres [...] versou a Formação da Nacionalidade Portuguesa [...].

sido citada a seguinte bibliografia: Teixeira Ribeiro, *Princípios e fins do corporativismo português*; Mário de Figueiredo, *Princípios fundamentais do sistema corporativo*; Marcelo Caetano, *Sistema corporativo*; Costa Leite (Lumbrales), *Doutrina Corporativa*.

Em 1964 e 1965, coincidindo com uma nova fase de endurecimento do regime (de reforço do seu carácter ditatorial e tendencialmente totalitário), correspondendo a uma conjuntura de aumento da contestação interna, aos primeiros anos da guerra colonial, a um progressivamente maior isolamento externo e ao esgotamento da capacidade de adaptação e de flexibilização de Salazar e dos outros dirigentes da «ala ultraconservadora» do Estado Novo — de certa forma, numa tentativa de regresso à «firmeza de princípios» dos anos trinta e quarenta —, Afonso Rodrigues Queiró e Rogério Soares (ambos docentes da FDUC) asseguraram a leccionação de mais uma disciplina especializada na «formação política» dos alunos dos «Cursos de Férias» da FLUC: Aspectos Constitucionais, Administrativos, Corporativos e Ultramarinos do Estado Português Contemporâneo.

Os valores do colonialismo português estiveram também presentes, de forma marcante e continuada, na disciplina de Geografia de Portugal e Colónias (ou Geografia de Portugal Metropolitano e Colonial, ou Geografia de Portugal Metropolitano e Ultramarino), de acordo com as opções dos responsáveis e com as conjunturas da política internacional.

Depois, no salão central da Faculdade, procedeu-se à abertura duma exposição fotográfica, etnográfica e bibliográfica organizada com a colaboração do Secretariado da Propaganda Nacional, da Agência Geral das Colónias, da Junta de Província do Douro Litoral, da Casa da Madeira, do Grémio dos Açores [...], em que estavam representadas não só as províncias do continente, mas também os arquipélagos adjacentes e todas as possessões coloniais. Assim, num grande friso com uma extensão de mais de quarenta metros, sob a representação heráldica de cada uma das províncias ou das respectivas capitais, foram expostas centenas de fotografias representando paisagens, monumentos e costumes em toda a extensão do Império desde o Minho e Trás-os-Montes até Macau e Timor.

Ao centro, o grande planisfério luminoso, que figurou na Exposição Histórica da Ocupação, de 1937, indicava as rotas das grandes viagens descobridoras dos séculos XV e XVI; e, sobre mesas, viam-se manequins ostentando diferentes trajos regionais portugueses, espécimes de arte indígena e ainda uma preciosa colecção de livros modernos e antigos, nacionais e estrangeiros, sobre diferentes aspectos da vida portuguesa.

Então, o Prof. Doutor Amorim Girão, em rápida mas expressiva síntese, referiu-se a cada uma das províncias do Império, acentuando que, através da infinita variedade de paisagens, de climas, de costumes e de raças, o mesmo sentido de Pátria que as une e vivifica, estando assim em todas elas, desde o Minho a Timor, bem presente Portugal». (Cfr. T.B.S. Soares, 1939, p. 604-606).

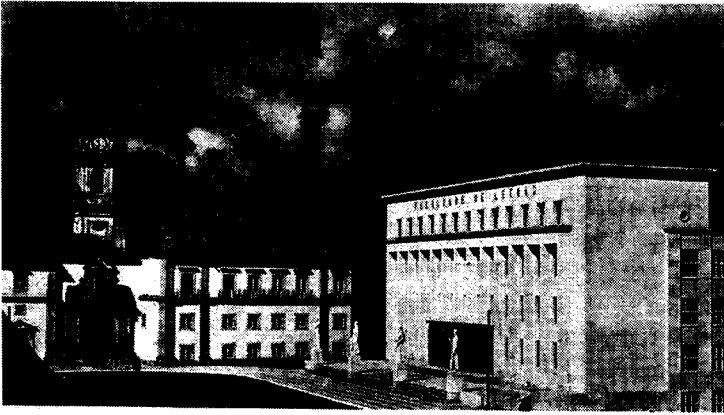
Para além da FLUC, também a Câmara Municipal de Coimbra, a Junta Nacional da Educação, o Instituto para a Alta Cultura (depois, Instituto de Alta Cultura), o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) (depois Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), mais tarde Direcção-Geral de Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo) e outros organismos estatais participaram na organização e na orientação dos referidos cursos.

O corpo docente do «Curso de Férias» e do «Curso Anual» foi constituído, até 1974, por professores da FLUC e de outras Faculdades da Universidade de Coimbra (sobretudo da Faculdade de Direito), por professores do ensino liceal, investigadores e estudiosos não-universitários, professores estrangeiros, etc. O Director de ambos os cursos foi sempre, por inerência, o Director da FLUC. Para além das actividades lectivas 'normais' (aulas teóricas e aulas práticas), os «Cursos de Verão» incluíam ainda conferências, visitas de estudo, provas (orais e escritas) de avaliação sumativa, iniciativas «culturais e artísticas» complementares (espectáculos, exposições, etc.).

Na elaboração deste esboço de análise, utilizámos documentação existente no arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC: séries incompletas de folhetos e brochuras de divulgação e de folhas de sumários, dois manuais de história de Portugal fornecidos aos estudantes pela organização dos cursos e relatórios sobre os «Cursos de Férias» da FLUC publicados na *Biblos*⁸. Procurou-se reconstituir e analisar, não tanto o funcionamento de ambos os cursos na sua globalidade, mas sim, e apenas, a memória história de divulgação para 'públicos' estrangeiros não especializados que neles era veiculada. Mais concretamente, procurou-se conhecer que importância foi atribuída e quais as características da história económica e social transmitida, quer em termos absolutos, quer por comparação com o que acontecia nos cursos de licenciatura paralelamente assegurados, para um outro universo de destinatários, pela mesma Faculdade⁹.

⁸ Cfr. AFLUC, *Arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC — Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas (1925-1974), Curso Anual de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros (1956-1974)*; J. Ameal, s.d.; A. Cruz, 1931, «Curso de Férias [...], 1937; *Curso (XV) de Férias [...], 1939; History of Portugal*, s.d.; J. M. Remédios, 1925; J. M. Remédios, 1926; J. M. Remédios, 1927; J. M. Remédios, 1928; J. M. Remédios, 1929; J. M. Remédios, 1930; T.B.S. Soares, 1939; T.B.S. Soares, 1941a; T.B.S. Soares, 1941b; T.B.S. Soares, 1942.

⁹ Cfr., entre outros, J.P.A. Nunes, 1993b.



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PORTUGAL

XXIX CURSO DE FÉRIAS

13 DE JULHO A 22 DE AGOSTO

SOB O PATROCÍNIO DO INSTITUTO DE ALTA CULTURA E
COM A COADIUNÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1953

2 — Os «Cursos de Férias»

Entre 1925 e 1974, os «Cursos de Férias» incluíram apenas uma disciplina da área da história onde teria sido possível ministrar conteúdos de história económica e social: História de Portugal (ou História de Portugal e da Expansão Portuguesa no Mundo; ou História de Portugal e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa). As designações variaram ao longo dos anos, talvez mais de acordo com as necessidades da política de «relações públicas» do regime do que em resultado de critérios historiográficos. Esporadicamente, surgiram outras disciplinas dedicadas ao estudo da história da actividade colonial portuguesa ou de temas monográficos de história de Portugal onde a história económica e social poderia igualmente ter sido integrada. São estes os limites do objecto de análise que tentaremos em seguida caracterizar.

Em 1925, a disciplina de História de Portugal foi assegurada por António de Vasconcelos, Manuel Gonçalves Cerejeira e João Serras e Silva. Manuel Gonçalves Cerejeira foi ainda responsável pela apresentação de uma conferência sobre o tema «Algumas figuras de mulheres portuguesas». Em 1926 e 1927, este professor voltou a leccionar História de Portugal, tendo sido realizadas em 1926 três conferências sobre temas de história: «Problemas da história de Portugal esclarecidos por documentos do Arquivo de Simancas», por Queirós Veloso; «A história de Inês de Castro contada por D. Pedro o Cru», por António de Vasconcelos; «Rainhas e princesas de Portugal», por Manuel Gonçalves Cerejeira.

Em 1928, o docente responsável pela disciplina de História de Portugal foi Luís Cabral de Moncada, tendo António de Vasconcelos proferido uma conferência sobre «D. Isabel de Aragão, sua cooperação com a política de D. Dinis». Entre 1929 e 1934, Manuel Lopes de Almeida leccionou as disciplinas de História de Portugal e de História dos Descobrimentos e Colonização dos Portugueses, acompanhado, no caso de História de Portugal, por Mário Brandão. Agostinho Fortes apresentou em 1930 uma conferência intitulada «A civilização moderna é a resultante da acção consciente da actividade portuguesa no século XV. O Renascimento só muito mais tarde contribuiu para a evolução social da civilização de hoje». Gonçalo Reparaz realizou três conferências sobre «Descobrimentos portugueses. Os precursores»; «Descobrimentos portugueses. A Época das grandes descobertas»; «O Cardeal-Rei D. Henrique. Novos aspectos da sua história».

Em 1935, Manuel Lopes de Almeida estruturou o programa da disciplina de História de Portugal em torno do tema «Evolução das ideias

políticas e sociais em Portugal», tendo Damião Peres apresentado uma conferência sobre «Os Descobrimentos portugueses e os seus reflexos na história nacional e universal». Os cursos de 1936 e 1937 viram História de Portugal ser assegurada por Damião Peres e História das Navegações, Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses por Mário Brandão.

Em 1938, História de Portugal foi leccionada por quatro docentes: Damião Peres (duas aulas sobre «As origens da nacionalidade portuguesa»), Torquato Soares (quatro aulas sobre «O regime urbano português na Idade Média», primeira referência explícita a um tema de história social, na linha da história económica e social clássica), Mário Brandão (duas aulas sobre «O Renascimento em Portugal»), Manuel Lopes de Almeida (duas aulas sobre «Tentativas de reintegração de Portugal na política europeia dos séculos XVII e XVIII» e «As ideias da Revolução Francesa em Portugal», primeira referência à história contemporânea e, também, dentro desta, a uma temática que esteve afastada dos cursos de licenciatura da FLUC entre 1928/1929 e 1969/1970).

Algo de semelhante se deu com a disciplina de História dos Descobrimentos: Manuel Lopes de Almeida (três aulas sobre «A expansão portuguesa nos séculos XV e XVI», uma aula sobre «A expedição de Pedro Álvares Cabral e o desenvolvimento do Brasil», uma aula sobre «Afonso de Albuquerque e o Império Português»); Damião Peres (uma aula sobre «Viagens terrestres», uma aula sobre «Os Descobrimentos e o seu significado na história da Civilização»); Albin E. Beau (uma aula sobre «A visão imperialista do Padre António Vieira»); três aulas sobre «Os portugueses em África nos séculos XIX-XX», segundo afloramento da história contemporânea, embora sem qualquer referência a aspectos de história económica e social e sem que tivesse sido possível identificar o docente responsável.

Torquato Soares assegurou, em 1939, a leccionação da disciplina de História de Portugal e da Expansão Portuguesa no Mundo, tendo abordado temas que vão da invasão muçulmana («sarracena») da Península Ibérica no século VII ao Estado Novo. Surgia assim, pela primeira vez, uma estrutura de programa que, ao contrário do que aconteceu nos cursos de licenciatura, integrava também vários temas de história contemporânea de Portugal. A leitura da história nacional nele apresentada era marcada por preocupações de glorificação do «passado da Pátria» e de legitimação do Estado Novo como movimento regenerador e recuperador dessa grandeza perdida (devido aos «erros» do liberalismo monárquico e do demo-liberalismo republicano), objectivos de cariz nitidamente ideológico. A história económica e social esteve quase completamente

ausente, tendo as únicas exceções resultado de algumas referências a medidas de política económica tomadas por alguns monarcas¹⁰.

Coerentemente com estes princípios orientadores, foram as seguintes as conferências proferidas sobre temas da área da história: «A formação da nacionalidade portuguesa» e «a Restauração da independência em Portugal» (por Damião Peres); «A crise da Nacionalidade nos fins do século XIV» e «Aspectos políticos e sociais do século XVIII em Portugal» (por Lopes de Almeida, com uma leitura em alguns aspectos inovadora, «sergiana» mesmo, de 1383-1385, na primeira conferência¹¹; com um elogio — ainda renitente, relativo e parcial, — à política pombalina, na segunda conferência); «Aspectos da colonização portuguesa em Angola e Moçambique» (por Anselmo Ferraz de Carvalho, glorificadora do esforço de «fixação» e de civilização que, à semelhança do que ocorreu no Brasil, o «homem português» teria desde o início realizado em África); «O movimento da independência do Brasil» (por Torquato

¹⁰ «Curso de História de Portugal[...]. A distribuição das matérias fez-se do seguinte modo: O ocidente da Península antes e depois da invasão sarracena; as lutas da reconquista e a constituição do condado Portucalense. Definição e organização do território nacional. A crise política de 1383-1385 e a consolidação da independência. A nossa expansão ultramarina com o Infante D. Henrique, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Novos rumos da política nacional: D. João III e D. Sebastião. A crise da independência e o Governo dos Filipes. A Restauração na Metrópole e no Ultramar. D. João V e D. José; as reformas e as iniciativas do Marquês de Pombal e de D. Maria I. As invasões francesas e as lutas liberais; reorganização interna. Ocupação política e científica das nossas colónias africanas; a queda da Monarquia. A Grande Guerra e as suas consequências; a Revolução Nacional e o Estado Novo Corporativo». (Cfr. T.B.S. Soares, 1939, p. 608/609).

¹¹ «Perante as indecisões da regente D. Leonor Teles, esboça-se em Lisboa um movimento de protesto que em breve será uma verdadeira revolução nacional chefiada pelo Mestre de Aviz e secundada pelo burguês Álvaro Pais, pelo legista João das Regras e pela radiosa mocidade de Nuno Álvares Pereira.

Revolução profunda, que transformou completamente a vida da Nação, estabelecendo uma nova organização social pelo triunfo da vontade popular contra grande parte da nobreza que encarnava a legalidade, o mesmo é dizer, a adesão a Castela [...].

Por outro lado, a jornada de Aljubarrota marca o fim da Idade-Média em Portugal, e, se sob o aspecto militar representa a derrota da cavalaria como formação de combate, sob o aspecto económico e social significa a queda da aristocracia agrária e o advento da burguesia que vai encontrar no comércio e da navegação a primordial fonte da sua actividade. Surge então uma nova geração de gentes que criará as possibilidades de abrir a época da Expansão». (Cfr. Curso (XV) de Férias [...], 1939, p. 62).

Soares, de novo abordando um tema de história contemporânea); «O Brasil: a terra e o homem» (por Orlando Ribeiro, numa perspectiva próxima do «luso-tropicalismo»)¹².

O programa de História de Portugal delineado em 1939 por Torquato de Sousa Soares foi por ele próprio mantido, com ligeiras alterações, em 1940, 1941 e 1944. Na documentação relativa a 1940, detectamos as primeiras referências bibliográficas, limitadas a duas obras 'oficiais' do regime, uma de nível liceal e a outra no plano da sistematização de resultados da investigação monográfica: António Matoso, *Compêndio de História de Portugal* e Damião Peres (dir.), *História de Portugal*. Em 1942, Torquato Soares reduziu o ensino da História de Portugal aos períodos medieval e moderno (aspectos político-institucionais e militares). Em 1943, as lições de História de Portugal, atribuídas a Damião Peres, foram, por impossibilidade e sugestão deste, asseguradas por Alberto Martins de Carvalho, professor do Liceu de D. João III.

As conferências que, durante este conjunto de anos, versaram temas de história, tiveram os seguintes títulos: «Sobre as origens da Nacionalidade» (Orlando Ribeiro); «Acção dos portugueses no descobrimento da terra» e «Portugal na história da Civilização»¹³ (Damião Peres); «As missões católicas na evolução político-social da Guiné Portuguesa» (António Joaquim Dias); «Presores-Bandeirantes, ou a vocação civilizadora de um povo» (Torquato Soares), na qual este docente de História da FLUC «defendeu a tese de que a obra de colonização do Brasil entronca na obra de colonização de Portugal, sendo o espírito que animou os bandeirantes o mesmo que, séculos antes, animara os presores na sua faina repovoadora»¹⁴.

De 1945 a 1960, durante 16 anos, a disciplina de História de Portugal (ou História de Portugal e dos Descobrimientos Portugueses, ou História de Portugal e Províncias Ultramarinas, ou Curso Geral de História de Portugal) foi leccionada por Manuel Lopes de Almeida. Com

¹² Cfr. *Curso (XV) de Férias [...]*, 1939.

¹³ «Os portugueses de hoje podem, por tantos títulos, orgulhar-se da magnífica obra dos seus antepassados. Encerrado há muito o período espectacular da expansão, eles mantêm vivo o espírito que os animou, prosseguindo na África uma obra de aproveitamento e progresso, dia a dia mais intensa, e guardando amorosamente na Ásia e na Oceania alguns postos que avultam como ilhas dispersas num mar de recordações. Nem um só palmo de terra portuguesa deixou de custar sangue, trabalho e pensamento. Seria isso já um claro título dos direitos de Portugal no mundo; mas há que acrescentar-lhe a contribuição portuguesa, não excedida por ninguém, para o progresso geral da Humanidade». (Cfr. T.B.S. Soares, 1942, p. 567).

¹⁴ Cfr. T.B.S. Soares, 1942, p. 582.

ligeiras alterações, analisaram-se problemáticas de história institucional, política, militar e cultural de Portugal entre os inícios da nacionalidade e o século XVIII. Entre 1948 e 1958 e a semelhança do que já tinha sido feito por Torquato de Sousa Soares, Manuel Lopes de Almeida abordou também, partindo das mesmas regionalidades, os séculos XIX e XX. Depois de 1958, Salvador Dias Arnaut foi associado à leccionação da disciplina, tendo passado a assegurá-la em exclusivo entre 1961 e 1974, sempre com um programa idêntico ao adoptado entre 1939-1944 e 1948-1958, ou seja, com história contemporânea mas praticamente sem história económica e social.

Em 1958, foram criadas duas novas disciplinas: «Ideias e figuras da História de Portugal na 2.^a metade do século XVII» e «Capítulos de História do Brasil», ambas leccionadas por Manuel Lopes de Almeida. A primeira existiu até 1960, mas a segunda foi extinta logo em 1959. No «Curso de Férias» de 1961, este professor regeu ainda uma disciplina de «A vida e a cultura portuguesa no século XVIII», o mesmo sucedendo, em 1963, com um outro 'módulo' de seis lições sobre «O século XVIII: algumas notas de história social» (uma das poucas referências directas e concretas à história social, embora não tivesse sido possível verificar que questões foram abordadas e qual a perspectiva historiográfica adoptada).

No «Curso de Férias» de 1962, assistiu-se à separação das disciplinas de «Descobrimientos portugueses» e «História de Portugal», sendo ambas asseguradas por Salvador Dias Arnaut. Manuel Lopes de Almeida voltou a responsabilizar-se, em 1964, pela regência de uma disciplina especializada no tratamento de um tema monográfico, no caso, e quebrando novamente o *tabu* da história contemporânea, «Génese e desenvolvimento do sistema representativo em Portugal».

Nos anos de 1965 a 1974, provavelmente por razões de ordem não apenas científica, História de Portugal foi definitivamente separada do estudo da expansão colonial portuguesa, passando esta temática a ser abordada em duas disciplinas que se sucederam no tempo (ambas da responsabilidade de Salvador Dias Arnaut): «A presença dos portugueses em África» (1965-1970) e «A colonização do Brasil» (1971-1974). Em 1971, Manuel Lopes de Almeida substituiu Salvador Dias Arnaut na leccionação do «Curso Geral de História de Portugal» e de «A colonização do Brasil», não tendo daí resultado alteração significativa, quer ao nível dos programas, quer da perspectiva historiográfica adoptada.

Em 1945, Mário Brandão proferiu duas conferências sobre «Coimbra na crise de 1580» e Torquato de Sousa Soares outras duas sobre «A formação de Portugal». Em 1946, as conferências foram sobre «A Universidade de Coimbra no Renascimento» (por Mário Brandão) e

«A Revolução de D. Afonso Henriques» (por Torquato de Sousa Soares). Em 1947, este mesmo professor abordou o tema «Carácter e sentido da Reconquista Cristã».

No âmbito das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, foram integradas no XXXVI Curso de Férias (de 11 de Julho a 20 de Agosto de 1960) trinta e seis conferências sobre os seguintes sete temas: O Infante D. Henrique: vida e obra; a historiografia dos Descobrimentos; a literatura dos Descobrimentos; a cartografia dos séculos XV e XVI; navios, arte de navegar e homens do mar no século XV; a arte na época dos Descobrimentos; os «mundos novos»: sua revelação e consequências no âmbito do moderno conhecimento geográfico. A total ausência da história económica e social é, para nós, um dos aspectos mais significativos deste conjunto de conferências, relacionadas com a posterior realização em Lisboa (de 5 a 12 de Setembro de 1960) do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, também ele parte integrante das comemorações «histórico-patrióticas» do V Centenário da morte do «pai dos Descobrimentos portugueses»¹⁵.

A lição inaugural do «Curso de Verão» da FLUC de 1966 foi pronunciada por Manuel Lopes de Almeida, que abordou um tema integrado — a nosso ver — no âmbito da história da cultura erudita e da glorificação de um dos «períodos simbólicos» (de um dos «momentos heróicos») da história de Portugal tal como esta era apresentada pelo Estado Novo: «Relações literárias de D. Francisco Manuel de Melo» (ou seja, a conjuntura envolvente da «Restauração da Independência», em 1640).

3 — Os «Cursos anuais»

Realizados entre 1956/1957 e 1973/1974, os Cursos Anuais de Língua e Cultura Portuguesas (que continuam a realizar-se até hoje) integraram duas disciplinas (num total de seis), nas quais poderiam ter sido leccionados temas de história económica e social: «Portugal na história da Civilização», com duas aulas teóricas por semana, assegurada por Salvador Dias Arnaut; «Portugal contemporâneo (aspectos sociais e políticos)», também com uma carga horária de duas horas por semana, da responsabilidade de Rogério Soares. Com ligeiras oscilações de ano para ano, os programas das duas disciplinas terão sido estruturados e apresentados aos alunos com as seguintes características fundamentais.

¹⁵ Cfr. *Congresso Internacional* [...], 1961.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CURSO DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS
PARA ESTRANGEIROS

COIMBRA — PORTUGAL

1959-1960

— Ilustração 2: Capa de folheto de divulgação de Curso de Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros da FLUC.

Na primeira, Salvador Dias Arnault abordou toda a história de Portugal, desde a «Fundação da Nacionalidade» à Primeira República ou mesmo ao Estado Novo. Adoptou uma lógica de organização do discurso e de periodização factualista, quase só baseado em critérios de natureza político-institucional e dinástica. A história económica e social assumiu uma importância um pouco maior do que era 'norma' nos «Cursos de Férias» ou em muitas das disciplinas de «história geral» dos cursos de licenciatura (mais em termos quantitativos do que qualitativos), mantendo-se, no entanto, uma atitude de sobrevalorização das medidas de política económica tomadas por alguns governantes, sobretudo o Marquês de Pombal (já definitivamente adoptado pela historiografia 'oficial' do regime como antecessor da «disciplina» e da «capacidade de realização» do Estado Novo).

Demonstrou ainda aquele docente de História da FLUC grandes preocupações de glorificação da «experiência histórica» portuguesa, quer ao nível dos «feitos» e «heróis» concretos e localizados, quer em termos de um balanço global da história de Portugal e da sua integração na história «da Civilização». Optou sempre por uma postura epistemológica típica do historicismo «neo-metódico»: empirista e descritiva, pretensamente «neutra» mas na prática «empenhada» (pela leitura feita e, também, pelas ausências e silêncios em relação a muitos dos aspectos da «realidade»), judicativa e repleta de anacronismos (sintoma de ausência de reflexão teórica e epistemológica).

Na segunda disciplina, Rogério Soares procurou apresentar uma retrospectiva histórica das correntes de pensamento político-social, dos «sucessos político-militares», das soluções institucionais e legais, das políticas concretas que, nos séculos XVIII, XIX e inícios do XX, apontariam para a «necessidade» e teriam assegurado a eficácia e o «carácter eminentemente patriótico» de um regime corporativo: o Estado Novo. A realidade económica e social portuguesa nos séculos XIX e XX é quase completamente ignorada, 'limitando-se' o referido docente a apresentar uma abordagem relativamente aprofundada, inovadora e operatória (em comparação com as análises até então realizadas pelos docentes da «Secção de História» da FLUC) da regionalidade político-institucional. O Estado Novo é explicitamente caracterizado como regime não-ditatorial e não-colonialista.

Numa tentativa de balanço global, pode dizer-se que, também nos «Cursos de Férias» e nos «Cursos Anuais», o peso atribuído à história económica e social foi bastante limitado, quer em termos quantitativos, quer no que diz respeito à relação entre os aspectos económicos e sociais e as outras regionalidades. Muitas vezes, os temas de história económica

e social abordados limitaram-se à análise de medidas de política económica e social tomadas pelos monarcas e por outros governantes. Predominou inequivocamente a história institucional, política e militar, assim como a história da cultura erudita.

Se nos primeiros anos (até 1937) a Época Contemporânea foi ignorada, entre 1938 e 1974 — e ao contrário do que acontecia nas disciplinas de História (com ou potencialmente com história económica e social) dos cursos de licenciatura — a história contemporânea de Portugal passou a ser regularmente abordada. Os mesmos docentes adoptaram, pois, atitudes diferentes num e noutro caso. A explicação para esta dualidade de critérios poderá encontrar-se, quer em motivos de natureza «científico-pedagógica», quer na necessidade de apresentar aos alunos estrangeiros uma visão orientada da 'totalidade' da experiência histórica portuguesa, incluindo mesmo os períodos mais recentes, polémicos e «maléficos». Tratava-se, não de uma formação aprofundada para especialistas, futuros agentes de produção e/ou reprodução de memória histórica, mas sim de uma abordagem generalista (de «divulgação científica»), destinada a um 'público' relativamente indiferenciado.

Se, na generalidade dos casos, a presença dos vectores ideológicos (da ideologia do Estado Novo) foi mais marcante nestes cursos de «divulgação cultural e científica» do que nos cursos de licenciatura, alguns docentes assumiram posturas historiográficas relativamente menos «conservadoras»: Manuel Lopes de Almeida, quando abordou temas das áreas da história das mentalidades e da história social, assim como questões de história contemporânea; Salvador Dias Arnaut, ao leccionar temas de história contemporânea de Portugal.

Torquato de Sousa Soares manteve a atitude de 'indecisão' que caracterizou toda a sua actividade enquanto investigador e docente, oscilando entre a «modernidade» relativa das referências à história social e à história contemporânea, da utilização pontual de uma postura historiográfica influenciada pelos princípios (epistemológicos, teóricos e metodológicos) da história institucional e política e da história económica e social clássicas e a defesa marcadamente ideológica dos mitos relacionados com os períodos da «formação da Nacionalidade» e da «construção do Império».

A história de Portugal proposta aos estudantes destes dois cursos parece, pois, ter sido estruturada de forma a criar uma sensação geral de discurso narrativo. À semelhança do que ocorreu, também durante o Estado Novo, no âmbito da «literatura histórica para crianças»¹⁶, a «realidade» era descrita de forma a aproximar-se de uma «epopeia

¹⁶ Cfr. L. R. Torgal, 1989a; L.R. Torgal, 1989b; L.R. Torgal, 1992.

grandiosa», quer no plano interno (onde, no essencial, teria existido glória, dificuldades momentâneas, superação dessas mesmas dificuldades e mais glória), quer no plano externo (onde Portugal teria desempenhado e continuaria a desempenhar um papel ímpar como motor e garante da «civilização cristã ocidental»).

Com esse objectivo, concentrou-se a atenção na actividade de personalidades individuais e fizeram-se apreciações qualitativas e juízos de valor profundamente anacrónicos. Atribuiu-se um peso mínimo aos fenómenos considerados «negativos» ou «polémicos»: a Inquisição e as políticas «anti-judaicas», a crise do «Império do Oriente», o reinado de D. Sebastião, a escravatura durante a Idade Moderna, a exploração dos territórios coloniais, os conflitos liberais e o anti-clericalismo, o atraso industrial no século XIX e inícios do século XX, o analfabetismo e a emigração em larga escala, etc. Integraram-se na «gesta nacional» personalidades e comportamentos inicialmente condenados pelos intelectuais integralistas e católicos corporativistas (vejam-se os exemplos da governação pombalina, do «fontismo» e da «política africana» da segunda metade do século XIX).

Afirmou-se que os portugueses teriam sido, durante a Idade Média, os «fronteiros do ocidente» contra a «ameaça sarracena»; na Idade Moderna, os descobridores, evangelizadores e civilizadores («humanistas e universalistas», «luso-tropicalistas») de «novos mundos», os guardiões do ocidente contra o «perigo turco», os defensores da integridade católica; na Idade Contemporânea, um modelo de nacionalismo corporativista moderado, bastião da «civilização cristã ocidental» (nas «províncias europeias e ultramarinas») contra os excessos e crimes do demo-liberalismo e dos totalitarismos (de origem italiana, alemã ou soviética)¹⁷.

Os «momentos simbólicos» da história de Portugal, tal como esta era encarada e apresentada pelo Estado Novo, estiveram sempre presentes e constituíram a quase totalidade da memória histórica divulgada: a «fundação da Nacionalidade» e a «plenitude medieval», a «crise nacional de 1383-1385», os «Descobrimientos e a expansão colonial» (ou «ultramarina»), a «crise de 1580» e a Restauração da independência, a «governação pombalina» e o «sucesso da construção brasileira» do século XVIII, a «colonização de África» no século XIX, o Estado Novo no século XX. Significativamente, em nenhum destes dois cursos foi

¹⁷ Cfr. *Boletim* [...], 1983; S. C. Matos, 1990; J.P.A. Nunes, 1991; J.P.A. Nunes, 1992; J.P.A. Nunes, 1993b; J.P.A. Nunes, 1993c; L.R. Torgal, 1989a.

possível detectar, nem a existência de referências «à purificação da raça», realizada no século XVI aquando da tomada de medidas discriminatórias contra «judeus e mouros», nem a defesa da necessidade, da legitimidade e da benignidade absolutas da Contra-Reforma tal como a mesma se desencadeou em Portugal (nomeadamente, no que diz respeito à actuação do Tribunal do Santo Ofício e à influência da Companhia de Jesus).

O carácter determinante dos valores ideológicos do regime (nacionalismo, colonialismo, corporativismo, catolicismo) é ainda detectável, por exemplo, se analisarmos os temas das conferências realizadas no âmbito do «Curso de Férias»: das sessenta e seis conferências rastreadas, quarenta e três versaram temáticas ligadas aos Descobrimentos e à fixação colonial dos portugueses (trinta e seis das quais em 1960, no âmbito das «comemorações henriquinas»); seis, a «formação de Portugal»; cinco, a conjuntura de «perda» e «recuperação» da independência entre 1580 e 1640; quatro, a aspectos biográficos de rainhas, princesas e outras «figuras de mulheres portuguesas»; três, a evolução e as características do Brasil como «produto da acção civilizadora e universalista de Portugal»; cinco versaram outros assuntos («problemas da história de Portugal», a «crise da nacionalidade» de 1383-1385, o século XVIII português do ponto de vista social e político, Portugal na história «da Civilização», a Universidade de Coimbra durante o Renascimento).

Predominou uma periodização de tipo factualista, baseada na sucessão dos reinados; na actuação de reis, rainhas, governantes, chefes militares e «intelectuais»; em «grandes acontecimentos» de cariz essencialmente político-militar. Esporadicamente, aquando da análise das «crises nacionais» de 1383-1385 e de 1637-1640 ou da «gesta descobridora e colonizadora», refere-se a existência de uma mítica entidade colectiva (o «povo português»), socialmente indiferenciada mas que, nesses momentos de dificuldade ou de ausência de «elites dirigentes dignas», é apresentada como sendo a detentora das «virtudes da Nação». Manteve-se uma postura historiográfica radicalmente etnocêntrica, bem visível, quer na forma como foram retratados os 'figurantes' não-europeus intervenientes na «epopeia histórica portuguesa», quer na utilização de um substantivo singular sempre que se fazia referência a fenómenos civilizacionais: «civilização» era sinónimo de «a Civilização cristã ocidental».

Tal como no caso dos cursos de licenciatura assegurados pela FLUC, também nos «Cursos de Verão» e nos «Cursos anuais» o regular funcionamento das actividades lectivas parece ter-se sobreposto a todas as «grandes ocorrências» de natureza associativa, política ou militar (o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a Revolução de 25 de Abril de

1974; a Guerra Civil de Espanha, a 2.^a Guerra Mundial, as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné; os conflitos estudantis de 1962 e de 1969). A única exceção a esta regra deu-se na disciplina de «Portugal Contemporâneo», assegurada por Rogério Soares no «Curso Anual de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros». Talvez pelo facto de a mesma estar mais explicitamente ligada à estrutura institucional e aos princípios políticos da ditadura, no ano lectivo de 1973/1974, as aulas foram interrompidas no dia 26 de Abril de 1974, tendo a matéria sido desenvolvida (em termos cronológicos) apenas até à aprovação da constituição republicana de 1911.

Número de professores envolvidos na leccionação das disciplinas dos «Cursos de Férias» e dos «Cursos Anuais» aqui consideradas foi muito limitado, restringindo-se, para além do mais (no caso dos que ‘provinham’ da «Secção de História» da FLUC), aos docentes que mais se identificavam com o paradigma historiográfico (e ideológico?) ‘oficial’ (do Estado Novo e da FLUC). Esta situação — que poderá ter resultado de condicionalismos meramente organizativos, das diferentes disponibilidades pessoais, ou de opções de ordem político-ideológica —, torna-se visível se analisarmos a forma como foi feita a distribuição do serviço docente.

Salvador Dias Arnaut e Rogério Soares asseguraram, em exclusivo, entre 1956 e 1974 (durante dezoito anos), as duas disciplinas dos «Cursos Anuais» nas quais teria sido possível a abordagem de temática de história económica e social. No que concerne aos «Cursos de Férias», quatro docentes ‘monopolizaram’ grande parte dessa responsabilidade, tendo ainda sido possível referenciar um outro grupo de sete docentes com uma participação significativamente menor: Manuel Lopes de Almeida (vinte e sete anos), Salvador Dias Arnaut (dezasseis anos), Mário Brandão (nove anos) e Torquato de Sousa Soares (seis anos); Manuel Gonçalves Cerejeira (três anos), Damião Peres (dois anos), António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (um ano), João Serras e Silva (um ano), Luís Cabral de Moncada (um ano), Albin Beau (um ano), Alberto Martins de Carvalho (um ano).

4 — Duas «versões oficiais» da história de Portugal

No decorrer da breve e circunscrita pesquisa por nós realizada, durante a fase de preparação do presente trabalho, no Arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC, foi possível verificar que a organização dos «Cursos de Férias» e dos «Cursos Anuais» desta Faculdade proporcionava aos alunos de outras nacionalidades neles inscritos o acesso a (pelo menos) dois manuais de história de Portugal

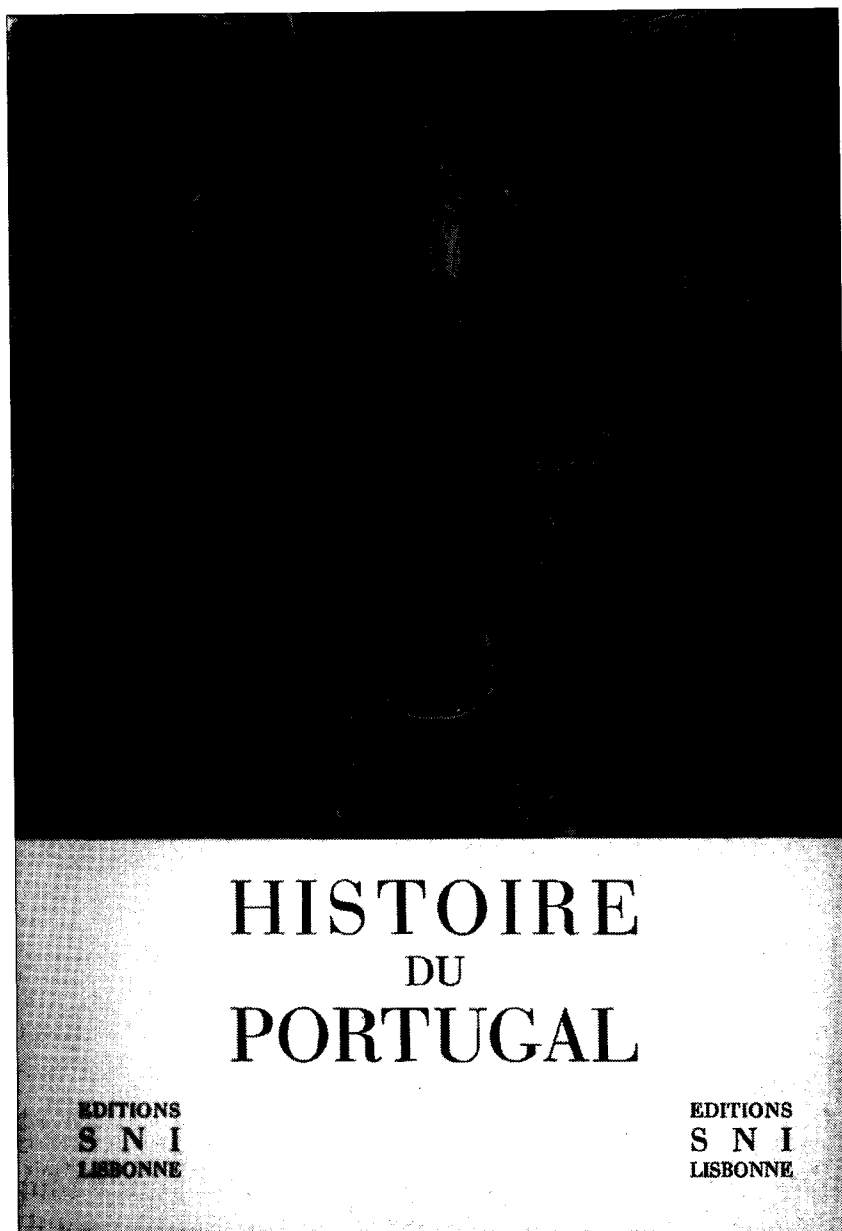
editados, com esse mesmo propósito, em língua francesa e em língua inglesa, por entidades do estado português responsáveis pela divulgação do país (e da imagem do Estado Novo) no estrangeiro.

Apesar de não se tratar, nem de manuais produzidos e editados pela FLUC (da sua inteira responsabilidade, reflexo das suas opções e regras de produção de um discurso historiográfico de divulgação), nem da publicação de transcrições das aulas asseguradas pelos docentes de ambos os cursos, considerou-se ser a sua análise relevante e pertinente. Relevante, porque os referidos textos de divulgação historiográfica foram distribuídos pela organização destes dois cursos (pela FLUC), que assim se co-responsabilizou e adoptou formalmente as ideias neles contidas. Pertinente, porque torna possível conhecer um pouco melhor de que forma o Estado Novo encarava a construção de uma imagem da história de Portugal para ‘consumo externo’, porque nos disponibiliza um meio de verificação das semelhanças e das diferenças existentes entre essa leitura global da história de Portugal destinada à comunidade internacional e a memória histórica (sobre temáticas de história económica e social) reproduzida pela FLUC através dos seus «Cursos de Férias», «Cursos Anuais» e cursos de licenciatura.

O primeiro dos dois manuais, em língua francesa, é da autoria de João Ameal (talvez o mais ‘oficial’ dos divulgadores da história de Portugal durante o Estado Novo, inicialmente próximo do Integralismo Lusitano)¹⁸ e do Secretariado Nacional de Informação (SNI) — que é

¹⁸ Cfr., entre outros, J. Ameal, 1932; J. Ameal, 1934; J. Ameal, 1939, J. Ameal, 1940; J. Ameal, 1941.

João Ameal encarava da seguinte forma a função social do conhecimento histórico e a sua actividade de divulgador desse conhecimento (de uma dada memória histórica): «*Efectivamente, estou bem convencido de que a História — tal como se conta e se interpreta — faz, por sua vez, História! Em épocas de decadência, de desânimo, de lassidão colectiva, ou de colérico protesto, é natural que se vão buscar à História todos os ensejos para as amargas recriminações e severos juízos, tal como numa família, quando alguém se afunda num desastre ou numa culpa grave, se avivam as sombrias recordações dos antepassados sinistros, criminosos ou tarados. Será talvez a explicação para o libelo agreste e sarcático de Oliveira Martins. Em todas as famílias, porém, a par desses antepassados deploráveis, recordados nas horas torvas, existem outros: os fortes, os criadores, os construtores, os que, pelo tempo adiante, prestigiaram e engrandeceram o nome, conservaram a honrosa continuidade de uma tradição digna de ser admirada e seguida. São estes os modelos que a História escolhe em épocas de revigoração, de convalescença, de impulso renovador, de progresso vitorioso — como a nossa! E são estes — digo-o sem reticências — os únicos modelos a evocar! Porque a vida dos homens, como a dos povos, é feita de afirmações, de blocos que se juntam a blocos para erguer o edifício, de passos em frente — e não de malogros, de desvios, de equívocos ou de ruínas! A História, tal como se conta e se interpreta, faz*



— Ilustração 3: Capa do 'manual' de história de Portugal da autoria de João Ameal e do SNI

também o editor. Tem o título de *Bref resume de l'Histoire du Portugal*¹⁹, cento e trinta e duas páginas, e foi publicado depois de 1944 — ano em que o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) foi taticamente transformado no SNI²⁰.

Para além da capa, esta obra contém ainda trinta e três outras ilustrações (concentradas num único capítulo final, que lhes é dedicado). A gravura da capa, que pretende ser um fresco da história de Portugal, resume-se, significativamente, à figura (central e tutelar) de Nossa Senhora, padroeira e garante divina da perenidade, do catolicismo e da grandeza de Portugal; a 'motivos' relacionados com o período medieval (os conflitos militares da «Reconquista» e da «Independência» e o cultivo da terra) e com os «Descobrimentos» (o Infante D. Henrique e os «sábios» que o teriam auxiliado na «planificação da grande epopeia marítima», uma caravela, os marinheiros/soldados da Pátria e de Deus fixando um «Padrão»).

Das trinta e três ilustrações reunidas no capítulo final do manual, dezoito (mais de metade) são dedicadas a monarcas portugueses: D. Afonso Henriques e D. Sancho I, construtores da independência; D. Dinis, expoente máximo da harmónica (porque católica e corporativa) sociedade medieval; D. João I, «chefe» do «partido nacional» durante a «crise» de 1383-1385; D. Manuel I, organizador do «Império do Oriente»; D. João III, defensor da Pátria e da Igreja contra as ameaças do «judaísmo», do Humanismo e da Reforma; D. Sebastião, símbolo incompreendido de fé e patriotismo; D. João IV, «chefe» da «restauração da independência» em 1640; D. João V e D. José I, expoentes, respectivamente, do «absolutismo paternalista» e do «despotismo esclarecido»; D. Maria I, símbolo da reacção aos excessos da governação pombalina; D. João VI, vítima das ideias da Revolução Francesa;

História; contribue para formar e temperar os caracteres daqueles que tombarão depois as grandes iniciativas fecundas; é lição e incentivo; escola de vontades; galeria de exemplo; irresistível apelo a ir mais longe e mais alto.

Outro mérito não terá a minha História de Portugal. Mas, certo de estar ao serviço da verdade — da verdade da Fé e da verdade da Pátria — escrevia-a de olhos postos no Portugal de amanhã e para lhe mostrar, no Portugal de ontem, a melhor fonte de certeza criadora, a maior garantia de promessas infalíveis. Se fomos assim, seremos os mesmos que fomos! «A História nos fez: agora, somos nós que a fazemos» — afirmou. Basta que façamos História com as mesmas virtudes, as mesmas forças, os mesmos ideais dos portugueses destes oitocentos anos! E colheremos os mesmos troféus!» (Cfr. J. Ameal, 1941, p. 45-47).

¹⁹ Cfr. J. Ameal, s.d.

²⁰ Cfr. entre outros, *Catálogo geral das Edições SNI [...]*, 1948.

D. Miguel, D. Pedro IV e D. Maria II, símbolos da «tormenta» resultante da revolução liberal; D. Pedro V, D. Luís I e D. Carlos I, bastiões de dignidade na conjuntura de desnacionalização e decadência causada pela importação das ideias liberais e individualistas.

Seus outras ilustrações retratam governantes e responsáveis militares: o Conde D. Henrique, proto-fundador da independência; D. Nuno Álvares Pereira, herói de 1383-1385, patriota e santo, exemplo máximo das «grandes virtudes nacionais»; o Infante D. Henrique, responsável pelos «Descobrimentos», sábio, crente e patriota; D. António Prior do Crato, representante da «vontade nacional», provisoriamente derrotada em 1580 mas de novo vitoriosa em 1640; o Marechal Carmona e o Dr. Oliveira Salazar, «chefes» da «Revolução Nacional» e do «Estado Novo», continuadores das grandes figuras da história de Portugal.

As nove últimas gravuras permitem a visualização de momentos ou locais simbólicos da «gesta nacional»: a estátua de um «guerreiro lusitano» e a Citânia de Briteiros, as ruínas romanas de Conímbriga e o templo romano de Évora (marcos da época «pré-nacional»); o castelo de Guimarães, símbolo da «Fundação da Nacionalidade»; a batalha de Aljubarrota e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), emblemas do desejo nacional de independência e da aliança entre a «Pátria» e «Deus»; as ruínas do Convento do Carmo, monumento à fé e ao patriotismo de Nuno Álvares Pereira; a conquista de Arzila, exemplo dos «Descobrimentos» e da «Expansão» (sobretudo) como processo de combate por Cristo (contra os «sarracenos infiéis») e pela «glória de Portugal».

O *Bref résumé de l'histoire du Portugal* é ainda constituído por seis outros capítulos: «Dans la brume des origines» (seis páginas), «La première dynastie — formation et consolidation du royaume» (catorze páginas), «De Ceuta à Alcacer Quibir» (vinte e quatro páginas), «Cent années de Restauration» (onze páginas), «La révolution en marche» (vinte e cinco páginas) — da autoria de João Ameal; «La période actuelle» (dezoito páginas), de autoria não especificada, da responsabilidade do SNI. Numa primeira abordagem, salientam-se o espaço dedicado à análise do ciclo das «Descobertas e do Império» e a inclusão de dois capítulos dedicados ao tratamento (historiográfico num caso, «informativo» no outro) do período contemporâneo.

No primeiro capítulo («Dans la brume des origines»), enumeram-se os vários (possíveis) contributos históricos para a formação do «espírito nacional português», das culturas megalíticas à autonomia feudal de origem francesa. A conquista e a consolidação da independência teria resultado da forma como D. Afonso Henriques e os outros «*seigneurs autonomistes*» seus companheiros souberam personificar, canalisar e

dirigir esse «espírito nacional»²¹. O segundo capítulo («La première dynastie — formation et consolidation du royaume») é o relato do Portugal medieval, gesta quase exclusiva de reis e outros governantes («*Chefs nationaux*»), divididos entre o relacionamento conflitual com Castela e a Santa Sé, o combate contra os «mouros», a organização da sociedade corporativa e católica (nas vertentes político-institucional, económica e social, cultural e religiosa), a resposta à «crise dinástica e nacional» aberta durante o reinado de D. Fernando.

No terceiro capítulo («De Ceuta à Alcácer Quibir»), retratam-se os «Descobrimentos» como o grande «esforço nacional» de prolongamento da Reconquista para fora das limitadas fronteiras da Europa, epopeia de glorificação da «Pátria» e de «Deus», de difusão da «civilização cristã» e de combate aos «infiéis», de alargamento do «saber». O Infante D. Henrique tê-los-ia planeado e iniciado²², D. João II teria garantido (interna e externamente) a sua viabilidade, D. Manuel e D. João III teriam sido os responsáveis pela sua consolidação e alargamento, assim como pela anulação dos perigos e efeitos secundários que deles poderiam

²¹ «La prépondérance accordée à des étrangers dans le gouvernement du territoire portugais irrite la fierté, de plus en plus impatiente, des seigneurs autonomistes. C'est pourquoi ils s'unissent tous autour du jeune Infant Alphonse, fils d'Henri de Bourgogne et de Thérèse. A quatorze ans, ils lui font adopter, dans la cathédrale de Zamora, le cérémonial réservé aux fils de rois, révélant ainsi clairement leurs projets. Urraca meurt en 1126. Son fils, acclamé sous le nom d'Alphonse VII, envahit les territoires portugais et oblige sa tante et son cousin à reconnaître sa souveraineté.

Cette situation exige une décision immédiate, afin que l'indépendance latente du Comtat ne soit pas définitivement compromise. Thérèse et les seigneurs de Trava, loin de la garantir, la menacent. Il n'y a qu'un espoir, comme il n'y a qu'un chef possible: le Prince Alphonse. Lui seule sera capable de faire surgir le royaume indépendant de Portugal». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 10).

²² «Le génial interprète et réalisateur de la mission et de la vocation du peuple portugais, c'est bien le Prince Henri, austère, obstiné, réfléchi, remarquable par l'ardeur de sa foi et par l'ampleur de sa culture, philosophe, cosmologue, géographe, nourri des auteurs anciens et contemporains et dont la puissante intelligente conçoit ce plan gigantesque que l'on désignera sous le nom de Plan des Indes. Dans cette conception formidable entrent des considérations de caractère religieux: répandre la foi catholique et fermer à l'Islam l'entrée de la Mer Rouge, afin de le priver, en lui interdisant le commerce de l'Orient, des bases fondamentales de sa richesse et de sa prépondérance; considérations de caractère patriotique: fonder un immense empire portugais et pour les Portugais; considérations de caractère économique: assurer au Portugal la possession et la direction du marché orientale et d'incalculables trésors.» (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 26).

resultar (os judeus, o Humanismo e a Reforma)²³, D. Sebastião, símbolo incompreendido de um Portugal exausto devido aos enormes sacrifícios realizados em nome dos dois grandes princípios estruturadores da «civilização»: o patriotismo e a fé²⁴.

O quarto capítulo («Cent années de Restauration») retrata o esforço de reconstrução realizado durante os cem anos do «Antigo Regime», logo que Portugal recuperou da exaustão resultante do «sobre-humano» esforço realizado durante a primeira fase da «expansão», da «humilhação nacional» e das perdas materiais provocadas pela «privação da independência». Grandes personalidades teriam liderado o país, desde D. João IV até D. João V, no sentido da recuperação do estatuto de Nação independente, do restabelecimento das anteriores relações e do antigo prestígio internacional, do reassumir do controlo sobre os territórios

²³ «Mais Jean III réalisa aussi une action véritablement remarquable dans le domaine de la défense spirituelle et morale de la Nation. Le vaste mouvement que l'on désigne sous le nom de Réforme[...], proclame la révolte contre la discipline de l'Eglise de Rome et répand dans tout le centre de l'Europe les ferments d'insurrections et de luttes. L'Espagne parvient à se préserver de la contagion grâce au Tribunal de l'Inquisition qui combat et extermine les hérésies avant qu'elles puissent se développer. Notre Roi sollicite de Rome, comme l'avait déjà fait Emmanuel I, la création d'un tribunal analogue dans notre pays et obtien satisfaction par la bulle Cum ad nihil magis, du Pape Paul III, datée du 23 mars 1536, complétée plus tard par le bref Romanus Pontifex, de juin 1547 et par la bulle Meditatio cordis nostra, du mois de novembre de la même année. L'Inquisition (dont une propagande contraire s'est efforcée de nous fabriquer l'image la plus sinistre et la plus calomnieuse) nous préserve des guerres de religion qui ravagent l'Europe et les Iles Britanniques; elle assure la prédominance de l'autorité et de la justice de l'Etat sur les représailles d'une populace en fureur; elle oppose une barrière à l'influence sémite, véhicule de germes antinationaux; elle veille à l'observance disciplinée des préceptes de l'orthodoxie et des règles de la morale. Le service que Jean III rend à la communauté en installant l'Inquisition au Portugal est de ceux qui méritent la reconnaissance de tous les esprits bien constitués.

Nous sommes encore redevables à ce Souverain d'avoir introduit chez nous la Compagnie de Jésus, véritable milice du Christ fondée par Ignace de Loyola, sous les auspices de Paul III qui en fait l'un des instruments les plus efficaces de la Contre-Réforme déclanchée par le Concile de Trente». (Cfr. J. Ameal, S.d., p. 39/40).

²⁴ «Les versions les plus diverses, des témoignages confus, de vagues hypothèses, c'est tout ce que nous possédons sur la disparition de Sébastien. S'il est tombé, c'est l'épée à la main, en combattant, toujours, le regard fixé sur ces récompenses éternelles qui ne laissent de place à aucune autre image...

C'est ainsi qu'a été vaincu le Roi Sébastien. Vaincu?... Ce qui est certain, c'est que l'Arabe n'a plus songé à envahir la Péninsule. Ce qui est certain, c'est que jamais le roi du Portugal n'aura été tant désiré qu'à partir de cette journée heroique d'Alcacer-Quibir ou il sut porter plus haut que jamais l'esprit missionnaire et guerrier du Portugal de l'Age d'Or». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 45).

coloniais, da recuperação dos laços de solidariedade social, da renovação das actividades económicas, do desenvolvimento de uma sólida cultura católica.

No quinto e ante-penúltimo capítulo («La révolution en marche»), descreve-se, lamenta-se e condena-se a era de desagregação e decadência que teria decorrido, entre o fim do reinado de D. João V e a «Revolução Nacional» de 28 de Maio de 1926, devido à introdução em Portugal de princípios, valores e formas de organização da sociedade que, não só «nos» seriam estranhos, como profundamente perniciosos: o racionalismo, o regalismo, o ateísmo, o liberalismo e o individualismo, a democracia, o anarquismo e o comunismo. Ou seja, diferentes modalidades do mesmo «internacionalismo» e da mesma «revolução», sobretudo (ainda) a Revolução Francesa e os «falsos mitos da igualdade e do progresso».

Esses «corpos estranhos», responsáveis por mais de cento e cinquenta anos de conflitos internos, de sofrimentos e de ofensas à «nossa gloriosa tradição histórica», teriam sido introduzidos pelos «estrangeirados» (antes de mais simbolizados pelo Marquês de Pombal²⁵ e pela Maçonaria²⁶). Como resultado dessas interferências, Portugal teria sido palco, entre muitos outros fenómenos «negativos», da perseguição aos Jesuítas e, depois, à Igreja Católica no seu conjunto, das invasões francesas, da guerra civil e dos sucessivos conflitos intra-liberais (durante todo o período da Monarquia Constitucional)²⁷, da «balbúrdia» dos

²⁵ «Nous pouvons dire, em résumé, que le Consulat du Marquis de Pombal (a l'origine duquel le Roi Joseph a indiscutablement sa grand part de responsabilité) ouvre entre nous le chemin à une révolution qui déjà se propage à travers l'Europe, révolution contre les croyances, les idées, les coutumes et la morale qui avaient constitué pendant des siècles les bases solides de la société. Nous allons assister maintenant aux progrès de cette révolution, à l'intérieur et à l'extérieur de nos frontières». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 61).

²⁶ «Le premier symptôme de cette crise apparaît en 1817, avec la conspiration de Gomes Freire de Andrade, générale dénationalisée et inféodée à la Maçonnerie, qui servi Napoléon et s'est impregné des théories révolutionnaires de l'époque. Tous les conspirateurs sont arrêtés et un certain nombre d'entre eux, dont Gomes Freire, condamnés à mort et exécutés». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 66/67).

²⁷ «[...] lorsque Michel I, impuissant en face de la coalition de l'Espagne [...], de la France [...] et de l'Angleterre [...], se voit obligé à signer la Convention d'Évora-Monte et de quitter le Portugal pour un injuste exil. Avec lui s'en vont la Tradition Portugaise et la Légitimité dynastique. Désormais le Portugal est abandonné aux abus et aux extravagances de la Révolution qui ne tardera pas à entretenir dans la décadence et les luttes fratricides la grande Patrie d'autrefois.

partidos, das greves e dos atentados durante a Primeira República»²⁸.

Apesar de tudo, e mesmo perante tão difíceis condições, sempre em Portugal teriam continuado a existir vozes e «forças patrióticas» que, de uma ou de outra forma, teriam lutado contra essa situação e contra esses princípios: Pina Manique, D. Carlota Joaquina e D. Miguel, a generalidade dos «monarcas constitucionais», os «regeneradores» liderados por Fontes Pereira de Melo, os «heróis das campanhas de África», João Franco, movimentos nacionalistas (monárquicos ou republicanos) que tentaram derrubar e substituir a Primeira República, etc.²⁹ Ter-se-iam, assim,

Dès lors l'unité nationale, cimentée par tant de siècles d'existence et d'efforts réalisés en commun, se trouve fragmentée par la lutte des partis. Marie II sera la victime du système implanté par son père et par les baionnettes des mercenaires et des soldats étrangers. Notre vie politique se déroule, dramatique et agitée, entre les «prononciamientos» des chefs militaires et les insurrections de la populace. (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 71).

²⁸ *«Une République d'aventuriers, d'iconoclastes, qui oscille entre deux influences predominantes, la Franc-Maçonnerie et la Rue, et se reàine, au milieu des désordres sanglants, des improvisations stériles, des scandales pseculaires, dans l'incapacité, le massacre et l'anarchie. Les Gouvernements-éclairés se succèdent, n'int même pas le temps d'appliquer leurs réformes ineptes, contraires au tempérament et aux coutumes de la Nation; celle-ci vit dans une inquiétude et une incertitude perpétuelles. Le caractère antireligieux du régime le rend incompatible avec la véritable conscience du peuple portugais. Toute une série de coups d'Etat montrent bien qu'il est incapable de s'imposer et de durer». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 80).*

²⁹ *«En même temps Pina Manique, en tant que Chef suprême de la Police, soutient une lutte incessante, courageuse et difficile contre les agents secrets de la Revolution qui vient d'éclater en France, propagatrice d'une théorie complète de subversion religieuse, morale, sociale et politique qui menace de submerger l'Europe entière». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 62).*

«Ainsi, à la triste abdication de la Royauté devant la tyrannie du Congrès de Lisbonne, correspond, comme une conséquence logique, la fragmentation de l'intégralité nationale et la séparation du grand Etat de l'Amérique du Sud qui désormais s'avancera tout seul sur la route de ses propres destins.

Tout ceci provoque et simule tout naturellement une réaction traditionaliste qui gagne peu à peu de vastes zones du territoire. A sa tête se trouve la Reine en personne, Charlotte Joaquina (qui se refuse à prêter serment à la Constitution de 1822 et se voit pour celà incarcérée, comme prisonnière d'État, au Couvent de Ramalhão), ainsi que le second fils de Jean VI, l'«Infant Michel»: (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 68).

«Après diverses péripéties que nous ne pouvons ici décrire en détail, l'Angleterre profite des incidents provoqués par l'expédition de Serpa Pinto dans la région des Macocolos, vers la fin de l'année 1889, et nous envoie un Ulytimatum dont les termes signifient pour nous la perte des territoires qui unissent l'Angola au Mozambique.

preservado as condições mínimas para que, depois de 28 de Maio de 1926, o Estado Novo, sob a direcção «firme e decidida» de Carmona e Salazar, repusesse o país na via «correcta e gloriosa» apontada pela tradição e pela história, reinstaurando a unidade nacional, reintroduzindo e actualizando a organização corporativa, o nacionalismo e o catolicismo, reassumindo a «nossa» missão colonizadora (civilizadora e evan-

Que faire, sinon céder à la force? Mais l'affront provoque chez nous un magnifique réveil du sentiment national. On comprend qu'il est absolument nécessaire d'affirmer, par une occupation méthodique et solide, des droits qui peuvent à tout moment nous être contestés. Il y a de vastes régions dans nos possessions d'Outre-Mer qui sont dominées par des chefs noirs, dont les tribus guerrières sont un état presque permanent de révolte et d'indépendance. Il est urgent de les subjuguier et d'établir notre domination d'une façon qui ne laisse pas d'équivoque. C'est alors que surgissent de valeureux combattants qui se feront les exécuteurs de cet impératif national et écriront les pages glorieuses d'une nouvelle épopée [...].

Les prouesses surhumaines réalisées par une poignée de braves au cours de ces campagnes de l'occupation africaine constituent une des pages les plus glorieuses de l'histoire militaire du Portugal et sont là pour démontrer qu'en cette tragique fin du XIX siècle, au milieu de la lamentable décomposition politique de l'ère libérale, se maintienne bien hautes les vertus historiques d'un grand peuple de guerriers et de civilisateurs». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 76/77).

«Charles sent que l'heure n'est plus aux stratagèmes ni aux palliatifs et qu'il faut agir au plus vite. Il confie alors le Gouvernement à un homme honnête et énergique, en qui revit le rêve de la Vie Nouvelle d'Oliveira Martins [...]: Jean Franco. Ce dernier, par ses méthodes qu'il utilise, par sa volonté bien marquée de donner un autre cours aux affaires publiques, fait contre lui l'alliance de tous les mécontents, des algéris, des agitateurs professionnels. Reconnaissant l'impossibilité de gouverner avec le Parlement, il instaure la Dictature. L'autorité ainsi renforcé et placée entre les mains d'un homme décidé et compétent, le Pays commence à s'encheminer vers la restauration et l'équilibre. Le déficit diminue. Les bonnes volontés surgissent peu à peu pour aider à la réalisation de mesures salutaires dans tous les domaines. La présence d'une conscience directrice à la tête de la vie publique fait briller sur la Nation une lueur d'espérance». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 78/79).

«Et, d'une façon ou d'une autre, les réactions contre l'anarchie sanglante de la démocratie maçonnique ne cessent de se manifester. Tout d'abord, ce sont les tentatives monarchistes, dirigées par une noble figure de soldat et de chef, Paiva Couceiro (1911-1912), toujours infructueuses, mais qui contribuent à entretenir dans l'âme traditionaliste de la Nation une flamme impérissable; en 1915 se produit le mouvement dit des Epées qui amène la dictature du Générale Pimenta de Castro, trop indulgente et de courte durée, abattue de 14 mai par une réédition des événements du 5 octobre. Deux ans plus tard, une nouvelle insurrection militaire amène la dictature de Sidónio Pais, idéaliste qui rêve d'une République Neuve, belle et noble figure de paladin chimérique. Sidónio se maintient au pouvoir durante douze mois seulement, jusqu'à qu'il tombe, abattu sous les balles d'un fou, José Júlio da Costa, assassin à la solde des

gelizadora), recuperando o lugar de destaque que Portugal sempre teria tido na comunidade internacional como bastião da «civilização cristã ocidental»³⁰.

De acordo com este texto de João Ameal, a história de Portugal resumir-se-ia, quase exclusivamente, a uma gloriosa epopeia de oito séculos (entrecortada por incontáveis enredos e pequenos conflitos palacianos), anunciada e preparada por vários contributos anteriores à própria conquista da independência. Essa gesta teria sido construída pelas sucessivas elites nacionais, sempre apoiadas nos dois pilares da «nossa» identidade (o nacionalismo e a fé) e coadjuvadas por uma indefinida entidade colectiva, o «povo», através da superação (mais ou menos rápida) das muitas dificuldades que se lhes depararam.

Estamos, pois, perante um discurso historiográfico profundamente marcado por valores ideológicos, no qual a história económica e social praticamente não tem lugar e cujo principal objectivo é a promoção do Estado Novo e de Salazar (o novo «chefe nacional», herdeiro das virtudes de todos os seus antecessores). Esse esforço de legitimação foi concretizado através da apresentação de uma leitura da história de Portugal profundamente valorativa, anacrónica, teleológica e limitativa; historicista,

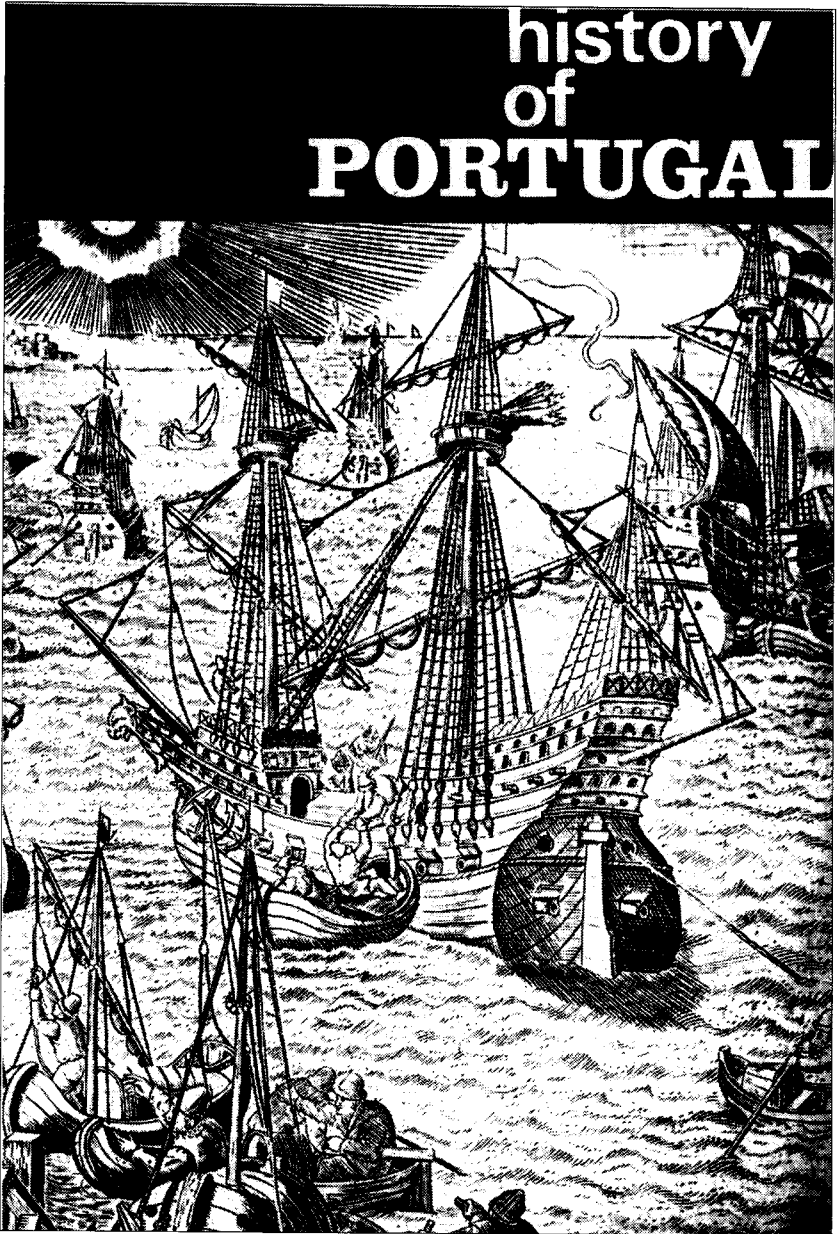
Loges maçonniques, dans la nuit du 14 décembre 1918. Quelques semaines sécoulent, et Paiva Couceiro restaure la Monarchie, à Porto, le 19 janvier 1919, et reçoit l'adhésion des garnisons et des villes du nord [...]. Bientôt le mouvement soulevé par Paiva Couceiro dans la capitale du nord subit le même sort [...].

Entre autres tentatives infructueuses, il faut souligner le mouvement dirigé par le Capitaine de Frégate Philomène da Câmara, le Générale Sinel de Cordes et le Colonel Raoul Esteves. Ils sont vaincus, mais leur appel reste gravé dans l'esprit des meilleurs chefs de l'armée». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 80/81).

³⁰ *«Enfin, dans la matinée du 28 mai 1928 retint à Braga le vibrant appel aux armes d'un prestigieux héros de l'Afrique et des Flandres, le générale Manuel Gomes da Costa, qui se met à la tête de la garnison et proclame «l'intérêt national contre la politique et les partis».*

En quelques heures, sans un coup de feu, le mouvement du 28 mai remporte une victoire complète. Du nord au sud, l'armée toute entière répond et obéit à l'ordre libérateur lancé dans la capitale du Minho. Une ère nouvelle commence. Le Pays, égaré pendant un siècle sur une fausse route semée de calamités et de désastres sans nombre, reprend maintenant conscience de ses destinées et s'engage sur la voie de l'unité nationale.

Le Portugal reprend sa marche interrompue le jour où l'image séculaire de la Patrie unie et puissante s'était fragmentée, dispersée, brisée, sous l'action tumultueuse des partis en lutte. Devant lui s'ouvre, large et lumineuse, la voie du Redressement. De nouveaux destins se préparent, dignes de la grandeur de son glorieux passé». (Cfr. J. Ameal, s.d., p. 81/82).



— Ilustração 4: Capa do 'manual' de história de Portugal da responsabilidade da Direcção-Geral da Informação (período marcelista do Estado Novo)

factualista, personalista e elitista, referindo quase só aspectos parcelares e descontextualizados das regionalidades político-institucional, militar e cultural.

O segundo manual, em língua inglesa, foi elaborado e editado pela Direcção-Geral da Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (sucedâneo marcelista do SPN e do SNI). Tem o título de *History of Portugal*, noventa e duas páginas e é posterior a 1971 (último ano referido na tabela cronológica que constitui o seu capítulo final: «Chronologic Table»)³¹.

Em termos de ilustrações, e para além da capa (na qual é reproduzida uma gravura que retrata o porto de Lisboa no século XVI, «lugar de memória» e símbolo da «grandeza» do período dos «Descobrimentos»), existem quarenta e nove outras gravuras, fotografias e desenhos. Um dólmén, a citânia e Briteiros, uma ponte e as ruínas de um palácio romanos, o interior de uma capela visigótica e a estátua de Vímara Peres (seis ilustrações) representam os «pontos» altos da longa sucessão de estratos culturais e étnicos que preparou e tornou possível a independência, no primeiro capítulo: «Origins of the Portuguese Nation» (doze páginas).

O castelo de Vila da Feira, a Catedral de Lisboa, uma açoteia e chaminés algarvias, um (anacrónico) fresco de reconstituição das «Cortes de Leiria» de 1254, o pinhal de Leiria, três iluminuras medievais representando aspectos da vida económica (pesca, pastorícia e olivicultura, ceifa), o túmulo de D. Pedro I no Mosteiro de Alcobaça e dois símbolos notariais, reproduzidos do primeiro tratado subscrito pelos reis de Portugal e da Inglaterra (onze ilustrações), para além de eventuais intenções de divulgação turística, simbolizam a construção da «Pátria», o carácter harmónico e a eficácia do corporativismo medieval (nos planos político, económico, social, cultural e «espiritual»), a ancestralidade das relações existentes entre Portugal e a Inglaterra, a premunicação dos «Descobrimentos» já no reinado de D. Dinis, no segundo capítulo: «Political independence and formation of the homeland» (quatorze páginas). De salientar neste sub-conjunto parece ser, ainda, o menor relevo atribuído a figuras individuais (monarcas e outros «líderes» políticos e militares) e o reconhecimento da presença da cultura muçulmana na Idade Média portuguesa.

O promontório de Sagres, um banquete oferecido por D. João I em honra do Duque de Lencastre, o selo da Ordem de Avis, uma paisagem dos Açores, a divisa do Infante D. Henrique, a conquista de Arzila, uma

³¹ Cfr. *History of Portugal* [...], s.d.

«rosa dos ventos», o palácio dos Duques de Bragança em Guimarães, o mercado de Goa, um astrolábio, o escudo de armas de D. Manuel I, a representação do Brasil num mapa do século XVI, Coimbra e a sua Universidade no século XVII (doze ilustrações) documentam o papel da dinastia de Avis na preparação e no início da «Expansão», os vários ‘palcos’ pelos quais se distribuiu o esforço «descobridor» e civilizador dos portugueses (origem da «Pátria multicontinental» do século XX), a Contra-Reforma como movimento de promoção da cultura católica, no terceiro capítulo: «Discoveries and overseas expansion» (vinte e duas páginas).

Uma estátua de D. João IV, uma gravura com «cenas da Restauração da Independência Portuguesa», duas gravuras sobre o casamento de uma filha de D. João IV com um rei de Inglaterra, um desenho da «Passarola» de Bartolomeu de Gusmão, o Convento de Mafra, o interior da Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra, um quadro representando o Marquês de Pombal como o grande responsável pela reconstrução de Lisboa depois do terramoto de 1755, a partida da corte de D. João VI para o Brasil, a batalha do Buçaco (nove ilustrações) caracterizam os séculos XVII e XVIII. Ter-se-ia, assim, tratado de um período de recuperação da independência e de restabelecimento das antigas relações diplomáticas (nomeadamente com a Inglaterra), de desenvolvimento global da «Nação» (com especial destaque para o reforço do poder real e para os aspectos culturais), brutalmente interrompido pelas invasões napoleónicas e pelos «ventos de destruição» que, no seguimento da Revolução Francesa, varreram a Europa, no quarto capítulo: «Restoration and national reorganisation» (dezasseis páginas). Verifica-se, igualmente, que o Marquês de Pombal e o «despotismo esclarecido» já haviam sido aceites na «galeria de retratos» dos contributos globalmente positivos para o engrandecimento da «Pátria», ao contrário do que acontecia ainda no manual de João Ameal/SNI.

Retratos de figuras destacadas do período liberal e de D. Pedro IV, o palácio da Pena, uma cerimónia de inauguração do caminho-de-ferro, Serpa Pinto em África, um mapa da Europa ocidental e de África no qual estão assinalados os territórios coloniais que, de acordo com os acordos internacionais de 1886, passariam a ser os territórios coloniais portugueses em África (seis ilustrações) são sintomas de uma postura menos condenatória, mais descritiva e menos explicativa/valorativa relativamente ao período liberal, salientando-se neste a guerra civil e a conflitualidade estrutural, o esforço de renovação económica e o relançamento da actividade colonial em África (de forma gloriosa, civilizadora e sob a pressão das grandes potências europeias, com destaque para a Grã-Bretanha), no quinto capítulo: «Constitutional Monarchy» (doze páginas).

Uma estátua da «República» no edifício do Parlamento, o sextante aperfeiçoado por Gago Coutinho, o túmulo do «soldado desconhecido» (três ilustrações) remetem para uma leitura da Primeira República onde, num pano de fundo de divisões, conflitos e desagregação, se consideram positivos alguns contributos na área das ciências e da «navegação aérea» e a heróica participação dos soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial, no sexto capítulo: «Republic» (seis páginas).

No que diz respeito à memória histórica veiculada através do texto, salientaremos apenas os aspectos em que esta *History of Portugal* (publicada no início da década de setenta) se distancia do manual de João Ameal/SNI (surgido em meados da década de quarenta). No primeiro e segundo capítulos, é atribuído um maior destaque aos contributos (também) positivos da cultura e das estruturas organizativas das comunidades moçárabes e muçulmanas para a futura evolução de Portugal como país independente³². O terceiro capítulo inclui uma referência clara às dificuldades de natureza económica resultantes, para Portugal, de uma organização menos eficaz do comércio e das outras actividades coloniais (logo a partir do «período de apogeu», durante o reinado de D. Manuel I)³³. Continua, no entanto, a defender-se a perseguição à comunidade judaica, embora com um nível inferior de radicalismo argumentativo³⁴. Uma caracterização menos crítica (talvez mesmo genericamente «favorável») do período bombalino é a nota mais saliente do quarto capítulo³⁵.

³² «This division enriched the Portuguese West in a cultural framework (according with the view of Jaime Cortesão). The cosmopolitan nature wich marked later historical Portugal largely derived from Moslem culture, thanks to the Mozarab population of the south, through whom remained even after the Reconquest was complete. The first Portuguese ports opened to international trade merely carried on with a trade that had a Moslem origine. There would seem to be justification for the significance attributed to the Mozarab movement in the formation of the adventurous, wanfering spirit wich inspires the history of Portugal». (Cfr. *History of Portugal* [...], s.d., p. 10).

³³ «Manuel's reign was the apogee of Portugal's presence in the world, but it was darkned by the absence of an enlightened financial policy, economic development and because of the progress of a moral crisis brought by greed, luxury and aristocratic vanity». (Cfr. *History of Portugal* [...], s.d., p. 46).

³⁴ «The Holy Office prevented religious wars in the country and popular vindictiveness against the «new» Christians. The main victim was the Jew, who was engaged in economic activities and carried on usury». (Cfr. *History of Portugal* [...], s.d., p. 48).

³⁵ Cfr. *History of Portugal* [...], s.d., p. 58-61.

De uma apreciação global, resulta a conclusão de que, neste manual dos inícios da década de setenta, foi utilizada uma linguagem menos violenta, menos explicitamente defensora de valores ideológicos ultraconservadores, menos apologista (e directamente legitimadora) do Estado Novo. Atribuiu-se um menor relevo à acção dos reis, chefes militares e outros governantes como personificação (quase absoluta) do poder político e da legitimidade moral. São em menor número as referências aos pequenos episódios da vida da corte e das intrigas palacianas. Foi prestada uma (ligeiramente) maior atenção a características «estruturais» da evolução histórica, nomeadamente a alguns aspectos da regionalidade económica e social.

Tal como no plano social global, também a este nível «micro» o marcelismo parece ter resultado, muitas vezes, apenas em algumas adaptações parcelares. Os critérios epistemológicos adoptados, a memória histórica divulgada e os objectivos que justificaram a elaboração e a distribuição deste manual (entre outros) nos «Cursos de Férias» e nos «Cursos Anuais» da FLUC não se afastam, no essencial, dos que estiveram na base do texto elaborado, alguns anos antes, por João Ameal e pelo SNI. Em ambos os casos, pretendeu-se, não tanto ajudar a compreender melhor a história de Portugal, mas sim utilizar aspectos parcelares dessa «realidade» para, através da sua integração num contexto discursivo essencialmente ideológico, demonstrar a validade exclusiva de uma determinada concepção de sociedade e legitimar um determinado regime (o Estado Novo, modalidade portuguesa do fascismo).

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

1. — Documentação

Arquivo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (AFLUC), Arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC — *Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas (1925-1974)*, *Curso Anual de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros (1956-1974)*.

AMEAL, João *Bref résumé de l'Histoire du Portugal* (trad. do português), Lisboa, Edições SNI, s.d.

AMEAL, João, *Panorama do nacionalismo português*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932.

AMEAL, João, «O nacionalismo integral perante a Ditadura», *Nação Portuguesa*, vol. IX, 1934, p. 9-23 e 65-80.

AMEAL, João e CAVALHEIRO, Rodrigues, *Erratas à História de Portugal. De D. João V a D. Miguel*, Porto, Livraria Martins Fontes, 1939.

AMEAL, João, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940.

AMEAL, João, *Porque escrevi a História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1941.

Catálogo geral das Edições SNI (1933-1948), Lisboa, Edições SNI, 1948.

Congresso Internacional de Historia dos Descobrimentos. Actas, 7 volumes, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961.

CRUZ, António da, «Excursões do Curso de Férias», *Biblos*, vol. VII, 1931, p. 311-330.

«Curso de Férias — 1937», *Biblos*, vol. XIII, 1937, p. 272/273.

Curso (XV) de Férias (1939), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, FLUC, 1939.

History of Portugal (trad. do português), Lisboa, Direcção-Geral de Informação/Secretaria de Estado da Informação e Turismo, s.d.

RÊMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, «Os Cursos de Férias da Faculdade de Letras», *Biblos*, n.º 1, 1925, p. 96-108.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, «Os «Cursos de Férias» da Faculdade de Letras em 1926», *Biblos*, vol. II, 1926, p. 259-538.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, «Curso de Férias», *Biblos*, vol. III, 1927, p. 609-611.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, «Cursos de férias», *Biblos*, vol. IV, 1928, p. 514-523.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, «Curso de Férias de 1929», *Biblos*, vol. V, 1929, p. 554-556.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, «Curso de férias», *Biblos*, vol. VI, 1930, p. 612-616.

RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra. Actas da Faculdade de Letras*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. II (1925-1936), 1991.

SOARES, Torquato Brochado de Sousa, «Curso de férias de 1939», *Biblos*, vol. XV, t. II, 1939, p. 604-619.

SOARES, Torquato Brochado de Sousa, «Cursos de férias de língua e cultura portuguesa», *Biblos*, vol. XVII, t. I., 1941a, p. 383-392.

SOARES, Torquato Brochado de Sousa, «Cursos de férias de língua e cultura portuguesa», *Biblos*, vol. XVIII, t. II, 1941b, p. 791-798.

SOARES, Torquato Brochado de Sousa, «Cursos de férias de língua e cultura portuguesa», *Biblos*, vol. XVIII, t. II, 1942, p. 558-582.

2. — Bibliografia

Boletim da Associação de Professores de História, n.º 7, Novembro de 1983 («O ensino da História em Portugal»).

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

COLLOTTI, Enzo, *Fascismo, fascismos* (trad. do italiano), Lisboa, Editorial Caminho, 1992.

FERRO, Marc, *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985.

HESPANHA, António Manuel, «A emergência da história», *Penélope*, n.º 5, 1991, p. 9-25.

MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

NUNES, João Paulo Avelãs, *O CADC de Coimbra e os inícios do Estado Novo. Algumas perspectivas de análise da revista «Estudos» (1922/1923-1934)*, Coimbra, 1991 (fotocopiado).

NUNES, João Paulo Avelãs, *A história contada às crianças e aos jovens no estado Novo: Acção Escolar Vanguarda, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina (1934-1949)*, Coimbra, 1992 (fotocopiado).

NUNES, João Paulo Avelãs, «O conceito de «fascismo» na história recente de Portugal», *Vértice*, II Série, n.º 52, Janeiro-Fevereiro de 1993a, p. 53-65.

NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974). Ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Coimbra, 1993b (fotocopiado).

NUNES, João Paulo Avelãs, «Ideologia e história no Estado Novo», *Vértice*, II Série, n.º 56, Setembro-Outubro de 1993c, p. 13-23.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vols. 2-5.

ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, vol. XII, 1992.

TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989a.

TORGAL, Luís Reis, «A Revolução Francesa na «História contada às crianças em Portugal», *Vértice*, II Série, n.º 16, Julho de 1989b, p. 61-66.

TORGAL, Luís Reis, «Livros de história e de histórias no Estado Novo», *Biblos*, vol. LXVIII, 1992, p. 385-404.

